STJ00093789

Sumário

Prefácio xv

Nota Introdutória à Sétima Edição xvii

Nota Introdutória à Quarta Edição xix

Introdução xxi

1ª PARTE
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS

Capítulo I – Princípios Informadores dos Juizados Especiais Cíveis 3
1. O microssistema dos Juizados Especiais Cíveis 3
2. Os princípios informativos do processo nos Juizados Especiais 6
   2.1. Princípio da oralidade 7
      2.1.1. Prevalência da palavra falada sobre a escrita 8
      2.1.2. Concentração dos atos processuais em audiência 9
      2.1.3. Imediatidade entre o juiz e a fonte da prova oral 11
      2.1.4. Identidade física do juiz 12
      2.1.5. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias 13
   2.2. Princípio da informalidade ou simplicidade 15
   2.3. Princípio da economia processual 17
   2.4. Princípio da celeridade 18
   2.5. Busca da autocomposição 19

Capítulo II – Competência dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais 21
3. O caráter opcional dos Juizados Especiais Cíveis 21
4. A competência dos Juizados Especiais Cíveis: causas cíveis de menor complexidade e pequenas causas 24
   4.1. Competência dos Juizados Especiais Cíveis para pequenas causas 26
      4.1.1. As pequenas causas de grande complexidade 27
      4.1.2. A opção pelos Juizados Especiais Cíveis e a transformação das grandes causas em pequenas causas 29
   4.2. Competência dos Juizados Especiais Cíveis para causas cíveis de menor complexidade 30
   4.3. A competência dos Juizados Especiais Cíveis para a execução 32

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.3.1. A competência dos Juizados Especiais Cíveis para a execução de seus julgados 32
4.3.2. A competência dos Juizados Especiais Cíveis para a execução de títulos extrajudiciais 35
4.4. A competência territorial dos Juizados Especiais Cíveis 36
4.5. A declaração de incompetência dos Juizados Especiais Cíveis e suas consequências 39

Capítulo III – Os Sujeitos do Processo nos Juizados Especiais Cíveis 41
5. O Estado-juiz 41
5.1. O juiz 42
5.2. O juiz leigo e o conciliador 48
6. As partes 49
6.1. As partes da demanda 50
6.2. A capacidade postulatória das partes – o advogado 58
6.3. Pluralidade de partes no processo dos Juizados Especiais Cíveis 60

Capítulo IV – Atos Processuais nos Juizados Especiais Cíveis 69
7. A forma dos atos processuais no microssistema dos Juizados Especiais Cíveis 69
7.1. Tempo dos atos processuais praticados nos Juizados Especiais Cíveis 69
7.2. Lugar dos atos processuais praticados nos Juizados Especiais Cíveis 70
7.3. Modo de prática dos atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis 71
8. A invalidade dos atos processuais no microssistema dos Juizados Especiais Cíveis 73

Capítulo V – O Procedimento Sumariíssimo 75
9. O procedimento sumariíssimo: denominação e estrutura 75
10. A demanda 77
11. A instauração do processo nos Juizados Especiais Cíveis 83
12. Citação e intimações 86
13. Sessão de conciliação 90
14. O juízo arbitral no processo dos Juizados Especiais Cíveis 91
15. A audiência de instrução e julgamento 93
15.1. O procedimento da audiência de instrução e julgamento 94
15.2. A resposta do demandado 95
15.2.1. A revelia do demandado nos Juizados Especiais Cíveis 98
15.3. A instrução probatória 100
15.3.1. Os meios de prova admissíveis nos Juizados Especiais Cíveis 101
15.3.2. Procedimento de produção das provas nos Juizados Especiais Cíveis 102
15.3.3. Prova oral 104

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

15.3.4. Prova pericial 106
15.3.5. Inspeção judicial 108

Capítulo VI – Sentença 111
16. Elementos essenciais da sentença proferida nos Juizados Especiais Cíveis 111
17. Sentença e projeto de sentença 115
18. Casos especiais de sentença terminativa no microssistema processual dos Juizados Especiais Cíveis 116
18.1. Extinção do processo por ausência do demandante a qualquer das audiências do processo 118
18.2. Inadmissibilidade do procedimento sumariíssimo 119
18.3. Incompetência territorial do Juizado Especial Cível 121
18.4. Superveniência da impossibilidade da presença da parte 122
18.5. Demora na sucessão processual de alguma das partes da demanda... 123

Capítulo VII – Recursos e Outros Meios de Impugnação das Decisões Judiciais nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais 125
19. Os meios de impugnação das decisões judiciais nos Juizados Especiais Cíveis estaduais 125
19.1. Recursos 126
19.1.1. O recurso contra sentença (apelação?) 127
19.1.2. Embargos de declaração 135
19.1.3. Recurso extraordinário 139
19.1.4. O não-cabimento de agravo, embargos infringentes e recurso especial 140
19.2. As demandas autônomas de impugnação 145
19.2.1. A proibição do ajuizamento de "ação rescisória" 145
19.2.2. O mandado de segurança contra ato judicial 148
19.2.3. Embargos de terceiro 151
19.2.4. *Querella nullitatis* 152
19.2.5. Reclamação Constitucional para o STJ (?) 156

Capítulo VIII – Execução Forçada 159
20. A execução nos Juizados Especiais Cíveis estaduais 159
20.1. A execução das sentenças proferidas nos Juizados Especiais Cíveis estaduais 161
20.1.1. A execução para entrega de coisa fundada em sentença 163
20.1.2. A execução das obrigações de fazer e de não fazer fundada em sentença 165
20.1.3. Execução por quantia certa fundada em sentença 167
20.2. A execução fundada em títulos executivos extrajudiciais nos Juizados Especiais Cíveis estaduais 171

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

20.3. A defesa do executado nos Juizados Especiais Cíveis estaduais: impugnação à execução e embargos do executado 172
20.3.1. Impugnação à execução fundada em sentença..... 173
20.3.2. Embargos à execução fundada em título extrajudicial 174

Capítulo IX – Tutela de Urgência nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais .. 177
21. A tutela de urgência nos Juizados Especiais Cíveis estaduais: considerações gerais 177
21.1. Tutela cautelar nos Juizados Especiais Cíveis estaduais 179
21.2. Antecipação de tutela nos Juizados Especiais Cíveis estaduais..... 180

Capítulo X – Custo Econômico do Processo nos Juizados Especiais Cíveis .. 183
22. Gratuidade em primeiro grau de jurisdição 183
23. O preparo dos recursos e o custo do processo em segundo grau de jurisdição..... 186
24. O custo econômico da execução 187

2ª PARTE
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA

Capítulo XI – Os Juizados Especiais Federais – Considerações Gerais..... 191
25. A criação dos Juizados Especiais Cíveis federais..... 191
26. Aplicação subsidiária da Lei nº 9.099/1995 aos Juizados Especiais Cíveis federais 192

Capítulo XI-A – Os Juizados Especiais da Fazenda Pública..... 195
26-A. A criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública 195
26-B. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil e das Leis nº 9.099/1995 e 10.259/2001 aos Juizados Especiais da Fazenda Pública.. 195

Capítulo XII – Competência dos Juizados Especiais Cíveis Federais e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública 197
27. Os Juizados Especiais Cíveis Federais e os Juizados Especiais da Fazenda Pública como Juizados de Pequenas Causas..... 197
27.1. Limitação da competência dos Juizados Especiais Cíveis Federais e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública às causas previdenciárias..... 199
28. Pequenas causas de grande complexidade..... 201
29. Competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis Federais e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública: inconstitucionalidade do art. 3º, § 3º, da Lei nº 10.259/2001 e do art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.153/2009..... 202
30. Competência concorrente entre Juizado Especial Cível Federal e Juízo Estadual investido de jurisdição federal 204

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo XIII – Partes e Advogados nos Juizados Especiais Cíveis Federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública 207
31. O demandante nos Juizados Especiais Cíveis Federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública 207
32. O demandado nos Juizados Especiais Cíveis Federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública 209
32.1. A inexistência de benefício de prazo em favor da Fazenda Pública nos Juizados Especiais Cíveis Federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública 212
33. O advogado e a representação processual das entidades públicas 213

Capítulo XIV – Atos Processuais e sua Comunicação nos Juizados Especiais Cíveis Federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública 219
34. Petições, citações e intimações 219
34.1. A comunicação eletrônica dos atos processuais 222
34.2. Petição eletrônica e autos virtuais 223

Capítulo XV – O Procedimento Sumariíssimo 227
35. Procedimento por audiências 227
36. A busca da autocomposição nos Juizados Especiais Cíveis Federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública 230
37. O dever de produzir prova da entidade pública 232
38. A prova pericial nos Juizados Especiais Cíveis Federais 236

Capítulo XVI – O Processo dos Juizados Especiais Cíveis Federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública em Grau de Recurso 239
39. A inexistência de reexame necessário 239
40. Apelação e embargos de declaração 240
41. O agravo 241
42. O pedido de uniformização da interpretação da lei 242
43. Um caso de inconstitucionalidade: o recurso especial disfarçado de pedido de uniformização da interpretação da lei 245
44. O recurso extraordinário 247

Capítulo XVII – Execução de Sentença nos Juizados Especiais Cíveis Federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública 251
45. A execução das obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa 251
46. A execução por quantia certa contra a entidade pública 253
46.1. A requisição de pagamento 253
46.1.1. O alcance da dispensa de precatório 256
46.2. O descumprimento da requisição de pagamento 257
46.3. O pagamento por precatório 258

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo XVIII – Tutela de Urgência nos Juizados Especiais Cíveis Federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública 261
47. Tutela cautelar 261
48. Tutela antecipada 264

Anexo – Anteprojeto do Estatuto dos Juizados Especiais Cíveis 267

Referências Bibliográficas 285

Índice Remissivo 287

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br